

Apresentação

Nos últimos 15 anos, quase todos os países da América Latina e do Caribe iniciaram reformas educacionais – resultantes, em grande medida, de um processo de indução externa, que se traduz em políticas de organismos internacionais para conceder empréstimos aos Estados nacionais da região. A necessidade dessas reformas foi justificada mediante a publicação de pesquisas que evidenciavam problemas similares nos diferentes sistemas educacionais nacionais, à luz das condicionantes da reestruturação do setor produtivo e das mudanças institucionais que alteraram o arcabouço do Estado e das relações sociais, no âmbito de uma nova ordem mundial. De fato, tais estudos vieram ilustrar pontos de vista já assumidos pelos organismos internacionais e justificar um modelo homogêneo e preestabelecido de Reforma Educacional para o conjunto de países da América Latina.

A implantação de reformas educacionais nos diferentes países da América Latina e no Caribe tem como antecedentes compromissos assumidos por seus governos na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990. A partir desse encontro, a educação volta a fazer parte das agendas nacionais e internacionais como tema central das reformas políticas e econômicas. O pressuposto, defendido principalmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), era que uma reforma sistêmica na educação daria aos diferentes países condições para enfrentar os desafios de uma nova ordem econômica mundial com equidade.

É importante destacar que o consenso construído acerca da Reforma Educacional na região é conseqüência da “fetichização” da necessidade do conhecimento instrumental para a inserção competitiva dos países latino-americanos no mercado mundial. Desse modo, a reforma do Estado – vetor das transformações educativas – é apresentada à sociedade como uma estratégia necessária, e não como a finalidade última do projeto de desenvolvimento neoliberal.

Ainda que sob um modelo homogeneizante, a Reforma Educacional na década de 90 do século XX, realizara-se em sociedades com diferentes tradições políticas e associativas, relevadas pela Reforma e ainda não suficientemente consolidadas em uma perspectiva analítica. Ao longo das últimas décadas, tem ficado cada vez mais clara entre os pesquisadores da área a necessidade de aprofundamento dos estudos que permitam compreender a complexidade do processo histórico,

dando visibilidade à interpenetração que ocorre entre os níveis global e local nas novas realidades educacionais dos países, para poder desentranhar as peculiaridades, as continuidades e descontinuidades dos processos e conteúdos da reforma concebida e da reforma efetivamente concretizada nos países da região.

Na América Latina produziu-se durante a década de 1960 uma série de Estudos em Ciências Sociais, por meio dos quais se construiu e divulgou uma análise original sobre a ordem mundial que imperava naquele momento, o lugar que ocupava a região nessa ordem e o tipo de vinculações que tinham os diferentes países entre si.

No período que abrange desde os anos de 1960 até os dias atuais têm mudado notavelmente a situação regional, nas posições relativas dos países, os níveis de modernização e inserção no contexto mundial. Porém essas mudanças não têm sido acompanhadas por uma reflexão que permita conceituar sua especificidade para, a partir daí, formular alternativas de articulação com o mundo globalizado.

A publicação do dossiê *Questões sobre a reforma educacional: Argentina, Brasil e Chile* tem como propósito colaborar com esta reflexão, oferecendo aos leitores um conjunto de artigos de prestigiados pesquisadores que analisam a expressão, no âmbito político, das contradições entre capitalismo e democracia e a constituição de novas realidades nacionais após uma década de reformas na educação. Os autores partem de diferentes olhares, mas desentranhando sempre o conhecimento produzido na produção científica e resgatando a historicidade dos fenômenos analisados.

*Nora Krawczyk**

* Professora do Depto. de Ciências Sociais na Educação (DECISE) e membro do Grupo de Políticas Públicas e Educação (GPPE) da Faculdade de Educação da Unicamp. norak@unicamp.br